

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A decisão por parte da ARS Algarve ao decretar a suspensão das atividades letivas presenciais nos primeiros e segundos ciclos de ensino nos concelhos de Albufeira, Loulé, Faro, São Brás de Alportel e de Olhão, anunciada na noite anterior à sua concretização, não só apanhou milhares de famílias e professores de surpresa, como constitui um novo revés no processo de ensino e aprendizagem de milhares de criança algarvias e um elemento desorganizador e penalizador da vida dos seus pais e encarregados de educação, incluindo dos que dependem das refeições fornecidas nas cantinas escolares.

A realidade continua a exigir a intensificação e alargamento da testagem, o reforço do rastreio e o alargamento da vacinação. Opções que, como há muito o PCP defende, reclamam um forte investimento não apenas na contratação de mais trabalhadores para assegurar estas funções – enfermeiros, médicos, equipas de saúde pública – mas também na diversificação da compra de vacinas, respondendo à falta de vacinas ainda agora assinaladas pelos responsáveis do processo, acelerando todo o processo de vacinação e rompendo com a submissão às imposições da União Europeia e com os interesses das multinacionais farmacêuticas a que o País tem estado sujeito.

Entre as várias consequências decorrentes da suspensão das atividades letivas presenciais nestes cinco concelhos do Algarve está o facto de, pela idade destas crianças, esta decisão obrigar a que pelo menos um dos pais ou encarregado de educação fique em casa para as poder acompanhar o filho/educando, o que deverá implicar que sejam assegurados os apoios do Estado para garantir que estes trabalhadores recebem o salário a 100%.

Tendo em conta a forma precipitada e isolada em como esta decisão foi tomada, não medindo todas as consequências e impactos da mesma, são legítimas as dúvidas quanto ao facto de se assegurar o pagamento aos pais por ficarem em casa a cuidar dos filhos devido ao encerramento da escola.

O PCP relembra ainda que, em vez de afirmações e posicionamentos contraditórios por parte das diferentes autoridades, o que a situação reclama é a criação de condições – com todo o investimento que isso implica – para a retoma e desenvolvimento, com condições de segurança, das atividades económicas, educativas, sociais, culturais e desportivas essenciais à vida e à saúde das crianças e dos pais, bem como, de toda a população em geral.

Com este enquadramento e ao abrigo das disposições legais e regimentais, solicita-se ao Governo que, por intermédio do Ministério da Educação, nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Depois de um ano letivo marcado por prejuízos significativos, amplamente reconhecidos pela comunidade educativa, que avaliação faz o Governo do facto de estes alunos voltarem a estar sujeitos a nova suspensão da atividade letiva presencial?
2. Que medidas vai o Governo tomar no sentido de garantir as refeições aos alunos que dependem das refeições fornecidas nas cantinas escolares?

Palácio de São Bento, 30 de junho de 2021

Deputado(a)s

JOÃO DIAS(PCP)

ANA MESQUITA(PCP)

PAULA SANTOS(PCP)